

-----ACTA N.º 5/2012 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
FERREIRA DO ZÊZERE AOS VINTE E
UM DIAS DO MÊS ABRIL DE 2012 -----**

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e doze, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de Luís Ribeiro Pereira, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Eurico de Alcobia e Joaquim de Jesus Ribeiro, com a seguinte **ordem de trabalhos:**-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.º- Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

2.º- Apreciação e votação da ata da sessão realizada em 28 de setembro de 2012.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1.º- Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

2.º- Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento do Mercado Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

3.º- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para alteração do prazo de cedência do edifício municipal denominado "Escola Primária de Areias" à Associação de Melhoramentos e Bem Estar Social de Areias, ao abrigo da alínea q) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

4.º- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente ao contrato de cessão do direito de uso da Casa do Adro, à empresa Marimi - Sociedade de Gestão de Hotéis, S.A., ao abrigo da alínea q) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

5.º- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente ao Contrato de Prestação de Serviços - Avença - Revisor Oficial de Contas, ao abrigo do n.º 2 do art.º 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais). -----

6.º- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de extinção da empresa Astaq técnica EIM, ao abrigo da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

7.º- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Organização dos Serviços Municipais - Estrutura orgânica e regulamento de organização dos serviços municipais de Ferreira do Zêzere, ao abrigo da alínea n) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o disposto no art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro. -----

8.º- Apreciação e votação o Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos

postos de trabalho para 2013, ao abrigo da alínea o) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

9.º- **Apreciação E votação das Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento da Câmara Municipal para o ano económico de 2013, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

10.º- **Apreciação e votação da proposta para autorização de despesas plurianuais, nos termos do at.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro.** -----

11.º- **Outros assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

Presenças: Distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e um dos seus membros, tendo-se registado a ausência dos eleitos locais Dr. José Manuel Duarte, Eng. Alexandre da Silva Cruz, Sr. José Manuel Martins Russo e Sr. Carlos Alberto Mendes Martins. -----

A Câmara Municipal fez-se representar pelo Presidente Dr. Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, e pelos Vereadores Eng.º Paulo Jorge Alcobia das Neves, Dr.ª Maria Emília da Silva Figueiredo Benedito, Dr. Filipe Vicente Martins e Sr. Sérgio Manuel Roberto Morgado. -----

Abertura da Sessão: Eram vinte e uma horas e cinco minutos quando, verificada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. -----

Tomada de posse: o eleito local Sr. Fernando da Conceição Ribeiro tomou posse para substituição do eleito local Dr. José Manuel Duarte nesta sessão.-----

O Presidente da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos eleitos locais Sr. José Manuel Martins Russo, Eng. Alexandre da Silva Cruz e Dr. José Manuel Duarte.-----

Período de antes da ordem do dia.-----

1.º- Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

Não houve intervenções.-----

2.º- Apreciação e votação da ata da sessão realizada em 28 de setembro de 2012.

O eleito local Sr. Bruno Gomes, no uso da palavra, solicitou a alteração de uma frase na sua intervenção, de modo a que fique mais perceptível e não gere dúvidas.-----

Colocada a votação a ata foi aprovada por unanimidade.-----

Período de antes da ordem do dia.-----

1.º- Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

Não se verificaram intervenções.-----

2.º- Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento do Mercado Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

Ninguém interveio.-----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, **aprovar** o projeto de alteração ao Regulamento do Mercado Municipal. -----

3.º- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para alteração do prazo de cedência do edifício municipal denominado "Escola Primária de Areias" à Associação de Melhoramentos e Bem Estar Social de Areias, ao abrigo da alínea q) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

O Presidente da Câmara Municipal interveio começando por agradecer a presença do público e desejar as Boas Festas. Explicou que as escolas de Milheiros e Rego da Murta, cedidas em tempos à AMBES de Areias voltavam para a gestão da Câmara porque a Associação abdicou dos edifícios, mas pediu a antiga escola das raparigas em Areias e pediu também à Câmara se seria possível fazer-se uma cedência por 50 anos, sem hipótese de reversão para que a instituição possa fazer algumas obras de fundo, sem receio de que a qualquer momento a Câmara resgate o edifício. Pode acontecer a Associação já não estar interessada, mas apresentou na mesma este ponto pois não quer que a situação não se concretize por falha da Câmara. -----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, **aprovar** a alteração do prazo de cedência do edifício municipal denominado “Escola Primária de Areias” à Associação de Melhoramentos e Bem Estar Social de Areias para um período de 50 anos. -----

4.º- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente ao contrato de cessão do direito de uso da Casa do Adro, à empresa Marimi - Sociedade de Gestão de Hotéis, S.A., ao abrigo da alínea q) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

O Presidente da Câmara Municipal lembrou que este assunto já esteve na Assembleia Municipal na qual se fez um plano de intenções. A Assembleia reconheceu que era um investimento de interesse para o concelho e para a região a existência de um hotel em Ferreira do Zêzere. Foi aprovado pelo Turismo de Portugal uma candidatura com um valor elegível de 2.883.359,57 euros. Apesar da Câmara não receber um cêntimo ao longo destes anos pensa que é um bom negócio pois conseguem resolver um problema que existe em Ferreira do Zêzere que é a falta de capacidade hoteleira. O edifício se não for cedido a ninguém vai trazer bastante despesa para a Câmara. Pensa que o contrato acautela os interesses da Câmara. A empresa em causa queria iniciar as obras em janeiro/2013 pelo que se for aprovado e a Câmara for rápida a licenciar acredita que está em condições de arrancar em janeiro.- -----

O eleito local Dr. Eduardo Mendes interveio solicitando ao senhor Presidente da Câmara o favor de comentar duas questões. Tanto quanto se recorda aquele assunto nasceu de uma candidatura espontânea da empresa pelo que não houve nenhum processo público de seleção ou de oferta desta situação. Em segundo perguntou se a empresa não tem que apresentar garantia ou caução.-----

O Presidente da Câmara Municipal em resposta disse que deram conhecimento público através de jornais e da televisão, que tinham um edifício que queriam concessionar, mas não fizeram concurso publico pois se já é difícil encontrar um parceiro, com outras complicações só iam afastar as pessoas. Este facto não tira toda a transparência a este processo que tem sido acompanhado desde sempre pela Assembleia. Já em tempos tiveram um negócio praticamente feito que foi retirado pela Câmara em plena sessão da Assembleia porque naquele mesmo dia a empresa desistiu do negócio. Não existem garantias ou cauções porque a posse do edifício é

da Câmara e se a pessoa abandonar o negócio, ao fim de doze meses, o contrato é rescindido a favor da Câmara. -----

O eleito local Dr. Eduardo Mendes disse que esperava que não deixassem o edifício destelhado. -----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, **aprovar** o contrato de cessão do direito de uso da Casa do Adro, à empresa Marimi – Sociedade de Gestão de Hotéis, S.A. -----

5.º- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente ao Contrato de Prestação de Serviços - Avença - Revisor Oficial de Contas, ao abrigo do n.º 2 do art.º 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais). -----

O Presidente da Câmara Municipal referiu que o assunto já esteve na Assembleia quando foi feito o contrato inicial com o revisor. Estão a chegar ao fim os três anos que a lei permite e é necessário a Câmara ter um ROC. Face aos trabalhos, estão a propor renovar como o mesmo revisor, pelo mesmo valor, 650,00 euros. -----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com treze votos a favor dos eleitos locais do PSD, zero votos contra e oito abstenções dos eleitos locais do PS, **aprovar** o Contrato de Prestação de Serviços – Avença – Revisor Oficial de Contas. -----

6.º- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de extinção da empresa Astaq técnica EIM, ao abrigo da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

O Presidente da Câmara Municipal deu início a este ponto dizendo que a ASTAQ é uma empresa intermunicipal que foi criada ainda no anterior mandato. A intenção

era aproveitar os técnicos do GAT para trabalharem para as antigas Câmaras. A realidade e a conjuntura fizeram com que o processo não fosse um processo vencedor. A Câmara de Ourém nunca encomendou um único serviço à ASTAQ. Tomar encomendou alguns e Ferreira do Zêzere também, e pagou-os. Durante muito tempo foi Ferreira do Zêzere o grande suporte da instituição, mas deixou de ter projetos para fazer porque já tem projetos suficientes em carteira. A solução encontrada foi esta, os funcionários já foram despedidos há alguns meses e estão agora em processo de liquidação da empresa e como veio à Assembleia Municipal para começar, também tem que vir para morrer. A Ferreira do Zêzere vai custar, no limite, 45.000,00 euros. -----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com treze votos a favor dos eleitos locais do PSD, zero votos contra e oito abstenções dos eleitos locais do PS, **aprovar** a extinção da empresa Astaq Técnica EIM. -----

7.º- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Organização dos Serviços Municipais - Estrutura orgânica e regulamento de organização dos serviços municipais de Ferreira do Zêzere, ao abrigo da alínea n) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o disposto no art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro. -----

O Presidente da Câmara Municipal lembrou que em 2010, já com este executivo, aprovaram a nova orgânica tendo sido criado o Gabinete de Auditoria Interna (GAI), para apoiar na parte financeira, mas face às contingências financeiras que se atravessam nunca foi completamente dotado tendo só um jurista. O que estão agora a fazer é manter as duas divisões e pegar no GAI, que estava na dependência do Presidente da Câmara, e passá-lo para a dependência da DASI – Divisão de

Administração e Serviços Instrumentais, fazendo assim a adaptação que a atual lei exige.-----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com treze votos a favor dos eleitos locais do PSD, zero votos contra e oito abstenções dos eleitos locais do PS, **aprovar** a proposta de Organização dos Serviços Municipais – Estrutura orgânica e regulamento de organização dos serviços municipais de Ferreira do Zêzere. -----

8.º- Apreciação e votação o Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho para 2013, ao abrigo da alínea o) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

O Presidente da Câmara Municipal referiu que o Mapa de Pessoal é de aprovação anual antes do Orçamento. Estão a cumprir o que a lei impõe, que é reduzir 2% ao ano e, felizmente têm conseguido cumprir esse número só com as pessoas que se vão reformando. Tem muitas dúvidas, se um dia tiver que despedir pessoal, porque ainda não encontrou nenhuma lei com nenhuma saída fácil para despedir funcionários públicos. Pessoas, na faixa etária para reforma começam a ser poucas na Câmara Municipal pelo que em condições normais estarão 3 ou 4 anos sem ninguém para se aposentar. Se estes 2% de redução continuarem a ser impostos, correm o risco de haver algum dissabor. Há mecanismos para seleccionar os funcionários, que é o SIADAP, e se tiverem que mandar alguma vez alguém embora se calhar terá de ser por aí. Espera que nunca venha a acontecer. Estão a ficar com graves problemas porque só em 2012 saíram 8 pessoas, todas do parque de máquinas, está outro para sair e para o ano sairá outra pessoa que está a atingir o limite de 70 anos e não pode continuar a trabalhar. O carro do lixo irá ficar só com

uma pessoa e assim não trabalha, pelo que terão de encostar um dos carros do lixo e voltar a ter dois circuitos durante 10 meses do ano, e nos meses de verão terão que ter dois circuitos com horas extraordinárias. A pessoa que “sobra” do carro do lixo vai ficar afeta a outra equipa de trabalho. Percebe que é preciso reduzir pessoal mas não podem parar os serviços por isso alguém tem que abrir a porta para contratarem pessoal nesta área. -----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com treze votos a favor dos eleitos locais do PSD, zero votos contra e oito abstenções dos eleitos locais do PS, **aprovar** o Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho para 2013. -----

9.º- Apreciação E votação das Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento da Câmara Municipal para o ano económico de 2013, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

O eleito local Sr. Armando Alexandre, a propósito deste ponto, verificou a existência de uma dotação de 500,00 euros na revitalização das sedes de freguesia, como só falta a de Águas Belas perguntou se tal quer dizer que será mais um ano em que nada será feito. Quanto aos arruamentos nas freguesias para o ano de 2013 ficou um tanto ou quanto desapontado com os valores que viu e, chegou à conclusão que há quatro freguesias que levam mais de 73% do valor global que está atribuído a todas. Às outras cinco cabe-lhe cerca de 26%. Perguntou se os presidentes de Junta foram ouvidos e caso não tenham sido ouvidos gostaria que se pronunciassem, ali, se estão de acordo ou não com a verba atribuída a cada freguesia. Estranha que as duas freguesias que vão ser agregadas no processo de reorganização administrativa tenham aquele valor atribuído. Pergunta se aquilo não será já uma benesse eleitoral

para essas freguesias dado que vão entrar em ano de eleições. -----

O eleito Local Sr. Bruno Gomes interveio e concordou que a freguesia de Águas Belas tem um valor muito mais baixo. Concorda que por um lado este orçamento é claro. Vê ali certos valores que lhe causam alguma apreensão que é o dinheiro gasto em combustíveis, o dinheiro que é dado às Associações que percorrem o país e também o estrangeiro, pois é mesmo muito pouco e não sabe como é que essas associações se vão organizar para chegarem onde costumam chegar. Embora compreenda a situação do país e do município entende que é uma opção deste executivo. Viu uma despesa ainda elevada em horas extraordinárias, cerca de 30.000,00 euros, e pediu se lhe podiam informar quais são essas horas extraordinárias e se eventualmente não se poderia dar essas mesmas horas em dias livres. Há Câmaras que o fazem, sabe que legalmente é difícil fazê-lo, mas pergunta se não se poderia ir por aí. -----

O eleito local, Sr. José Marques Nunes começou por desejar Boas Festas a todos os presentes. Continuou dizendo que aquele envio de boas festas era extensivo ao senhor Presidente da Câmara, em especial, pois precisa um pouco disso. O Plano de atividades dá a Águas Belas 3,49 do valor do orçamento referente a obras e arruamentos. Manifestou o seu descontentamento por isso e pediu-lhe que revisse aquela estratégia e não tratasse os Águabelenses daquela forma, porque de facto tem uma estratégia nítida que é facilmente observável por todos. Pediu que tratasse todas as freguesias por igual pois é uma questão de justiça e de princípio. -----

O eleito local Dr. Eduardo Mendes, no uso da palavra, disse que dificilmente podia entender aquele documento como Grandes Opções do Plano. É um orçamento de despesas correntes pelas razões que todos ali conhecem e, quem estiver a fazer o papel contrário está a fazer uma triste figura e a usar de hipocrisia. Orçamento traz

um mínimo de subsistência de intenções de investimento que poderão vir a concretizar-se se houver verbas. Por outro lado o orçamento tem um caracter bastante pedagógico porque, reparou que tiveram o cuidado de incluir legislação e definições de uma série de coisas, para que todos possam perceber porque é que estas coisas são feitas, como são feitas, de onde vêm os números, para que servem e em que bases é que estão porque já foi ultrapassada a fase do “acho”. Têm que partir de dados e o orçamento ainda não chegou ao ponto a que gostaria. Gostaria que o orçamento publicitasse objetivos e, em que termos é que cada medida proposta vai concretizar esses objetivos, o que se pretende incrementar e de maneira mensurável para que possam perceber que, por muito que custe, até a vida das pessoas tem um preço. Que gastamos “x” dinheiro para obter um determinado resultado senão caiem no “eu acho” e depois depende do dinheiro que cada um tem no bolso. Para o que tem pouco, acha muito dinheiro e o que tem muito acha que são bagatelas. Gostaria que ficasse anotado e que fosse informado aos trabalhadores da Câmara Municipal, que quando o Partido Socialista ganhar as eleições neste concelho, o que se prevê para breve, estão lixados porque não vão receber horas extraordinárias. Mesmo com a percentagem pequenina que agora têm de acréscimo apenas levam umas horas de folga e vão com sorte. -----

O eleito local Sr. Bruno Gomes solicitou o uso da palavra e em resposta referiu que há um conjunto de Câmaras, do Partido Socialista e do PSD também, que o fazem. Não tem nada contra os trabalhadores e só pergunta se é possível. Porque não um trabalhador preferir receber as horas extraordinárias em tempo para estar em casa em vez de receber dinheiro que em dinheiro. -----

O Presidente da Câmara Municipal em resposta às questões entretanto colocadas, começou por dizer que aquele era o orçamento possível. É o 19.º ano que está na

Câmara e já ajudou a elaborar muitos orçamentos e sente-se à vontade até para os criticar. Sabe que muitas vezes o que estão a fazer não é o mais correto, mas nunca houve nada escondido nem para os vereadores nem para os membros da assembleia. Grau de incertezas, neste orçamento, também há, porque a maior parte das receitas são impostos e não se conseguem regrar, mas tem uma base de certeza muito elevada. Tem uma coisa boa, é um orçamento baixo que vai ter uma execução orçamental elevada. Conseguiu poupar 1/6 da despesa corrente para investimento pelo que desafiou quem encontrasse meia dúzia de Câmaras no país que consigam fazer isto. Em relação à verba para a revitalização das sedes de freguesia disse que é 500 vezes superior a muitas outras que estão no orçamento porque há muitas obras que só têm 1 euros. Só estão a aparecer no orçamento para o caso de haver um milagre e aparecer dinheiro. Quanto aos arruamentos nas freguesias é claro que há freguesias e freguesias e há presidente e presidentes, pois também quer saber qual é a percentagem que cada um gastou em alcatrão. Ir à Câmara pedir alcatroamentos é fácil, mas fazê-los com o dinheiro da Junta é o diabo. Foi feita uma reunião com os presidentes de junta logo no princípio do mandato e as estradas ali incluídas continuam a ser as mesmas que discutiram há três anos. Estão a tentar fazer pelo menos uma estrada em cada freguesia e para o ano que vêm há freguesias que têm ali valor mas que não vão ter obras porque aquele valor é para pagar as obras que estão a ser executas e ainda não estão pagas. Areias tem um valor grande mas uma das estradas mais danificadas do concelho era a que vai da N110 até à entrada de Areias. Agora está bonita mas ainda só tem a base porque não houve dinheiro para por a camada de desgaste, que só será aplicada em 2013 se tudo correr muito bem. Informou que ia ser candidato para as próximas eleições e muito gostaria de ter dinheiro para fazer estradas e fazer campanha. O que está em cima da mesa não é

campanha é tentar fazer o mais possível com o pouco dinheiro que têm e ninguém deve achar que está a ser minimizado ou tratado de maneira diferente. Acha estranha a preocupação do eleito local, Sr. Bruno Gomes com o gasóleo pois pensa que o facto de estarem a reduzir despesa com gasóleo devia ser motivo de alegria. Em 2011 gastaram 380.000,00 euros em gasóleo, em 2012 gastaram 215.000,00 euros. Gastou-se menos porque fez-se uma gestão mais rigorosa, colocaram-se GPS's nas viaturas. Quanto às Associações, no ano passado foi criando um quadro que tipificava as Associações, quantos quilómetros tinham por ano e quantas viagens. Esse quadro continua em 2013 e não se cortou um quilómetro, mas é necessário gerir. Custa tomar decisões e cortar, e não dá votos. Quanto às horas extraordinárias também acha estranho porque, se bem se lembra, o valor gasto tem vindo a diminuir, mas não acredita que os funcionários estejam disponíveis para trocar horas por tempo livre para ficarem em casa, e estava à espera de ouvir esta proposta de uma pessoa de direita, não de uma pessoa de esquerda. Ao eleito local Sr. José Marque Nunes disse que tinha tratamento igual ao dos outros presidentes de junta e que vai ter a estrada que a Câmara assumiu já há algum tempo e que é a estrada da Mata. Ouviu dizer que ia abandonar o mandato no final do ano para se candidatar a outra junta de freguesia, mas espera que fique até ao fim do mandato lançou-lhe o desafio de, no fim do mandato, dizer qual foi a percentagem, nos orçamentos todos, que gastou em alcatrão. -----

O eleito local Sr. Armando Alexandre foi de opinião que, se algumas das verbas inscritas no orçamento, são para pagar obras que estão feitas mas ainda não foram pagas então, devia haver o cuidado de colocar uma nota explicativa para estes valores, pois sem essa explicação dava a ideia clara de que havia discriminação entre as freguesias.-----

O eleito local Sr. José Marque Nunes interveio dizendo ao senhor Presidente da Câmara que não esteja preocupado com a sua pessoa porque cada um vale por si e como se quis dizer por aí é um presidente de junta fraco mas a população da sua freguesia reconheceu-lhe o mérito e foi reeleito três vezes. Em relação à questão do alcatrão acha que cada um deve assumir as suas responsabilidades e não estarem a desviar as águas. A Câmara também pode fazer de forma diferente e transferir as verbas para as juntas de freguesia e estas fazem a obra. -----

A eleita local Dr.^a Maria da Piedade Graça, no uso da palavra, começou por cumprimentar os presentes e desejou Boas Festas. Referiu que o Presidente da Câmara tem uma grande capacidade de execução mas uma fraca capacidade de imaginação porque, teve o cuidado de ver o orçamento todo, e viu que a rubrica de “outros” tem um peso tal neste orçamento. Gostaria de saber a que é que estes “outros” se estão a referir. -----

O Presidente da Câmara Municipal em resposta disse que era a primeira vez que o acusavam de falta de imaginação, mas acusava a eleita local que o antecedeu de falta de leitura, porque se tivesse lido o orçamento verificava que a maior parte da rubrica “outras” se encontram lá explicadas. As normas de execução dos orçamentos são muito rígidas, no entanto passou a elencar os diversos itens pelos quais se distribuem as verbas contidas nas rubricas “outros”, que estão nas GOP e no PPI. Limitaram-se a cumprir as regras de execução orçamental e se restarem dúvidas quanto à legalidade o Tribunal de Contas depois irá dar o seu parecer. -----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com treze votos a favor dos eleitos locais do PSD, zero votos contra e oito abstenções dos eleitos locais do PS, **aprovar** as Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento da Câmara Municipal para o ano económico de 2013 -----

10.º- Apreciação e votação da proposta para autorização de despesas plurianuais, nos termos do at.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

O Presidente da Câmara Municipal começou por explicar que todas as despesas plurianuais que estejam nas GOP ficam desde já aprovadas, mas acontecem situações de contratos que é necessário fazer e que não estão explicitamente nas GOP. De acordo com a Lei é necessário levar à Assembleia Municipal e o que se pede é que seja dada autorização à Câmara para essas despesas plurianuais até ao montante de 99.759,00 € e à posteriori vai conhecimento da Assembleia. O objetivo é aligeirar os procedimentos.-----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com treze votos a favor dos eleitos locais do PSD, zero votos e oito abstenções dos eleitos locais do PS, **aprovar** o pedido de autorização de despesas plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que venham a celebrar-se até ao montante definido no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 199/97, de 8 de junho, ou seja 99.759,00 €. -----

11.º- Outros assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

Eleito local Sr. Bruno Gomes interveio perguntando quais as mais-valias e objetivos da junção de mais alguns municípios à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Perguntou também se é no atual mandato que o Conselho Municipal de Juventude vai para a frente pois tinha todo o gosto que isto acontecesse.-----

O eleito local Sr. Armando Alexandre, ainda em relação às verbas para os arruamentos nas freguesias, perguntou se a Câmara facultava uma relação dos arruamentos que estão previstos nestes valores. Em seguida referiu que gostava de saber se os empreiteiros são responsáveis ou seja, se nos contratos celebrados não

está contemplado eles zelarem pelas propriedades alheias. Isto porque em frente à sua casa o muro e a tampa da caixa do contador da água ficaram sujos com alcatrão e agora não consegue limpar. Considera uma falta de civismo. Lamenta ter colocado esta questão ao senhor Presidente da Câmara por e-mail, há mais de quinze dias, e ainda não ter tido resposta. -----

A eleita local, Sr.^a Maria dos Anjos, usou a palavra saudando os presentes e desejando a todos um Feliz Natal e um Bom 2013 com saúde, paz e discernimento. --

O eleito local Sr. Fernandinho Lourenço começou por desejar Boas Festas a todos e em seguida perguntou qual o destino das escolas primárias de Milheiros e Rego da Murta, que agora voltam à Câmara. -----

O eleito local Dr. Eduardo Mendes em relação às Comunidades Intermunicipais disse que já se falou que vão ser criados alguns lugares mas os deputados intermunicipais, nos quais se inclui, vão deixar de existir. Por outro também espera que isso signifique que as Comunidades Intermunicipais passem a funcionar ainda melhor e que passem a ter alguém a tempo inteiro que cuide daquilo, porque, ou o Presidente da Câmara que preside à junta executiva está na comunidade a trabalhar ou está no seu município. Em relação à comunidade do pinhal interior sul sabe que houve reuniões entre os presidentes das comunidades. Perguntou em seguida se o representante na área da saúde tinha algumas informações para dar, nomeadamente em relação ao assunto da falta de médicos. -----

O Presidente da Câmara Municipal em relação à CIMT disse que votou contra o alargamento da CIMT até Castelo Branco. Castelo Branco geriu este processo com altivez pois pensou que por ser grande seria sempre integrado em qualquer lado no entanto os concelhos do Pinhal Interior Sul quiseram vir para a CIMT e não quiseram ficar com Castelo Branco, Penacova foi para cima e Castelo Branco ficou

com aqueles que não podiam fugir para lado nenhum só que não chegam para uma Comunidade. Ferreira do Zêzere agora está mais ou menos no centro da Comunidade e não se opôs à posição de virem a integrar o Pinhal Sul. Pensa que no final a CIMT vai ficar igual, acrescentando Vila de Rei. Uma solução que ainda apoiou desde o princípio, embora achasse que ia ser extremamente impossível, era fazer uma região que abrangia os concelhos desde o mar até Castelo Branco sendo uma região transversal ao país que teria mar e fronteira, composta por 25 concelhos e cerca de 600.000 habitantes. As candidaturas ao novo quadro comunitário de apoio deixam de ser feitas como eram até agora e passam a ser feitas diretamente com as Comunidades e, tem mais capacidade negocial uma comunidade com 600.000 habitantes, mas quem está no litoral não quer juntar-se a pesos mortos do interior. Seguidamente à votação, que votou contra mas que foi aprovada, vieram novamente a reunir e a dar o dito por não dito e Castelo Branco está outra vez sozinho. A CIMT aceita o que o Governo entender desde que continuem os onze que existem. Quanto a Ourém ainda não sabem se fica na CIMT ou se vai para o litoral. Garante que não volta à Comunidade para votar este assunto. Quando houver decisão definitiva vai ser conhecida por todos porque quem vai decidir isto vai ser o Parlamento através de uma Lei. Continua com a opinião que a CIMT ficaria muito bem equilibrada se integrasse aqueles quatro concelhos do Pinhal Interior Sul, que já estiveram juntos neste quadro comunitário de apoio e que correu muito bem. As comunidades vão ter muito mais competências que lhe vão ser transferidas do Governo e das Câmaras e vai ser o primeiro passo dado para começar a acabar com as Câmaras ou pelo menos com algumas delas. Fala-se que as Câmaras vão ter as finanças e as escolas, ou seja quase que passam a ser gestores de recursos humanos e o Presidente da Câmara passa a ser um mero administrativo como era antigamente. Está na lei, em relação às

taxas que a Câmara aprova-as, leva-as à Assembleia e depois de aprovadas por esta vão ao Conselho da Comunidade para ratificar ou não. O facto das taxas serem todas iguais, como se fala, não lhe causa grande transtorno mas tira alguma capacidade competitiva aos concelhos. Quanto ao conselho Municipal de Juventude prometeu que o mesmo será implementado num mandato seu. Ao eleito local senhor Armando Alexandre disse que não foi por maldade que não deram a listagem das estradas. Daquelas que as juntas pedem vai, sempre que possível escolher aquelas que vão de encontro à vontade dos presidentes das juntas. Quando não chegarem a acordo será aquela que acha que resolve mais problemas e abrange mais pessoas. Em relação ao e-mail reencaminhou-o para a DUOMA a fim de ser informado de qual data em que o empreiteiro vai proceder à limpeza daquelas situações e só quando tivesse essa informação é que lhe ia responder. O empreiteiro ainda tem alguns trabalhos para terminar, alguns pavimentos para repor, e vai trazer um produto próprio para remover aquelas manchas de alcatrão. -----

O eleito local Sr. Armando Alexandre solicitou de novo o uso da palavra para referir que o empreiteiro foi depositar os bocados de alcatrão que retirou das estradas, numa propriedade privada. Questionou acerca disto. -----

O Presidente da Câmara Municipal referiu que é expressamente proibido e punível por lei. Neste concurso uma parte do pavimento velho que é retirado, depois de tratados tem que ser reintegrado na obra e, tem que fazer prova disso. O destino a dar às escolas de Milheiros e Rego da Murta é que foi aprovada em Assembleia que é vendê-las e depois afetar o dinheiro à educação. Isto não quer dizer que não estejam disponíveis para cede-las novamente ou adapta-las para moradias. Também não pretende vender neste momento por meia dúzia de tostões pois são bens com valor histórico. Em seguida informou que a A13 já abriu e informou ainda que o

processo da fibra ótica está concluído e pelo que a comercialização começará em breve. A vila irá ter certamente, e depois a ideia será chegar ao maior número de pessoas com a menos quantidade de cabos. Quanto mais pessoas fizerem pressão melhor pois, a eles interessa-lhe é vender, e à população interessa ter melhores serviços a mais baixo preço. A fibra ótica vai ter mais do que um operador o que faz com que haja concorrência de preços. Por fim informou que há bolo da festa de Natal da Câmara no bar da Câmara e que estavam todos convidados para comer uma fatia.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal.-

Luís Ribeiro Pereira _____

Eurico de Alcobia _____

Joaquim de Jesus Ribeiro _____